

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLITICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ENSINO SUPERIOR

Rosemeri Scalabrin

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rosemeri.scalabrin@gmail.com.br

Ana Lúcia A. Aragão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Analucia@ufrnet.br @gmail.com.br

Resumo: Este trabalho aborda a gestão participativa da Educação do Campo e o diálogo empreendido na gestão coletiva desenvolvida na UFPA Marabá pelo núcleo de professores de diferentes áreas do conhecimento e na relação com os movimentos sociais do campo da mesorregião Sudeste do Pará, na perspectiva de perceber indicadores que possam promover mudanças (coletivas/sociais, individuais, sustentabilidade) na formação dos diferentes sujeitos do campo. Buscamos dessa forma, compreender as mudanças/contradições no modo de produção do conhecimento acadêmico/científico, na relação dialógica presente na Universidade, a partir das ações da Educação do Campo em nível Superior, e em especial, no curso de Agronomia.

Palavras-chave: gestão, educação do campo e política pública.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa no doutoramento que está investigando o Curso de Agronomia da UFPA Marabá, como articulador de conhecimentos (científico e não científicos) na formação de assentados, na perspectiva de perceber indicadores que possam promover mudanças (coletivas/sociais, individuais, sustentabilidade) na gestão da formação superior no Campus Universitário de Marabá/UFPA. Essa pesquisa se realizou por meio de entrevistas com professores da Universidade, representantes de movimentos sociais (MST, FE-TAGRI, MST) e educandos do curso de Agronomia, além da observação em campo realizada em 11 assentamentos da referida mesorregião.

O estudo tem demonstrado que a dinâmica que envolve a gestão coletiva do ensino superior nos cursos da Educação do Campo tem se a efetivação pela relação dialógica no interior da Universidade e também com a sociedade, em especial pela relação construída com os movimentos sociais do campo. O estudo é fruto da pesquisa de doutorado intitulada Universidade e Movimentos Sociais construindo a Educação do Campo, que está sendo realizada no período de 2008-2011.

O Contexto da Gestão Participativa na UFPA Marabá

O Campus Universitário de Marabá foi criado em 1987, como parte da política de descentralização das atividades acadêmicas deflagrada pela UFPA em meados dos anos de

1980, por meio do Programa de Interiorização¹, visando a aproximação da Universidade as demandas da mesorregião. Desse modo,

surge como uma via potencial para suprir a região de profissionais que, uma vez bem preparados, com conhecimentos científicos e tecnológicos, teóricos e práticos, possam trabalhar as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais da região, para planejar um desenvolvimento social justo, economicamente equilibrado, ecologicamente correto e sustentado por princípios fundamentados na ética (UFPA, 2006, p. 12).

Atuando como pólo irradiador de ações acadêmico-científicas na mesorregião Sudeste do Estado do Pará, o Campus busca alicerçar cursos estratégicos para o desenvolvimento mesorregional com atuação concentrada, principalmente, na área de formação de profissionais licenciados (cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia) para atuarem no ensino fundamental e médio. Conforme o Plano de Gestão do Campus Universitário de Marabá (2006, p. 10),

Essas turmas foram criadas após discussões com a sociedade civil organizada e o poder público que perceberam ser imperativa a oferta de cursos de licenciatura para a formação de docentes, e assim melhorar a qualidade do ensino, uma vez que os professores que atendiam as escolas públicas da região, em sua maioria possuíam apenas o Ensino Médio.

Esta é a primeira característica da gestão participativa identificada na ação da Universidade. Na visão da Universidade a educação na mesorregião apresentava, nos anos de 1990, carência de profissionais formados para atender a demanda diante dos altos índices de analfabetismo e a baixa escolaridade. Somado a isso estava posto a baixa qualidade do ensino.

O Programa de interiorização visava fortalecer a atuação nas áreas da extensão e da pesquisa, diversificando ações para responder aos desafios apontados na realidade da Região Amazônica e da mesorregião Sudeste do Pará, com vistas a contribuir para,

[...] a reversão do caótico panorama educacional dos interiores, não apenas no contexto do ensino superior como também da educação fundamental e media, **buscando caminhos que levem a consolidação do papel da Universidade como agente de apoio ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional** (UFPA, 2006, p. 9, grifo nosso).

Encontra-se aqui o propósito da Universidade, que não era apenas formar profissionais, mas contribuir na formulação de políticas públicas para a região, em que os profissionais formados tinham papel estratégico, fortalecendo a perspectiva da gestão democrática da Universidade.

De acordo com o Plano de Gestão, sua consolidação se deu após o ano de 2000 com a instituição da autonomia dos Campi, regulamentada pela Resolução 3.211/2004, que os reconheceu como Unidades Acadêmico-Administrativas, visando,

¹ O Programa de Interiorização da Universidade Federal do Para, foi instituído com o propósito de principiar o processo de integração amazônica buscado resgatar saberes, experiências e saberes regionais integrando-os as atividades e práticas formais de ensino e da pesquisa acadêmica, objetivando contribuir com a formação de profissionais comprometidos com os problemas da região.

Consolidar o papel da Universidade, **como instituição formativa capaz de contribuir com a transformação social, atingindo patamares altos do seu desenvolvimento, considerando as características da mesorregião a qual abriga** uma grande diversidade étnico-cultural e com sérios problemas socioeconômicos relacionados a conflitos agrários e exploração das riquezas naturais distante de um desenvolvimento sustentável ideal; temos então, a despeito das adversidades, oportunidades e potencialidades favorecedoras do desenvolvimento regional e condizente com as razões de existir da instituição (UFPA, 2006, p. 11, grifo nosso).

Com sede em Marabá, o Campus atua em 38 dos 39 municípios da mesorregião Sudeste, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente desenvolve quinze cursos² de graduação (sendo três na modalidade à distância³ e doze em período regular ou intervalar⁴) e três cursos de pós-graduação Lato Sensu⁵. Todos eles são oferecidos na cidade de Marabá, mas somente oito nos Núcleos de Integração⁶.

O Campus possui uma “estrutura organizativa composta por uma Administração Geral Acadêmica e Coordenações de Curso, que na sua totalidade conta com um quadro amplo de servidores, formado por 84 docentes efetivos[...] e 22 professores substitutos”, ainda há entraves à eficácia desejada, no que se refere ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão junto aos 3.710 alunos(UFPA, 2006, p. 21), tais como:

Falta de condições infraestruturais para docentes e discentes realizarem sua produção científica e a socialização dessa produção para a comunidade interna e externa; **desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão**, o que prejudica a consecução de melhores resultados a formação acadêmica (UFPA, 2006, p. 23, grifo nosso)

Estes cursos são desenvolvidos com recursos próprios e também por meio de convênios realizados com as prefeituras⁷, com a Companhia Vale do Rio Doce (VALE)⁸ e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA). Entretanto, são os convênios com a VALE e com o MDA que vem influenciando fortemente as definições e ações do Campus, constituindo inclusive, a atuação em dois eixos: o da Mineração e o da Educação do Campo, os quais disputam concepções, espaços e intervenção.

Isso decorre, de um lado, pelo “perfil regional agrário e o potencial extrativista [...]” da mesorregião, que demanda à Universidade respostas aos problemas oriundos do modelo de base fundiária imposto pela ação governamental a partir de meados do século

2 Agronomia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Ciências Naturais, Direito, Engenharia de Materiais, Engenharias de Minas e Meio Ambiente, Geologia, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Sistema de Informação, Comunicação social e Educação do Campo.

3 Administração e Licenciaturas em Biologia e Matemática.

4 Cursos realizados em período de férias.

5 O Campus já ofereceu especializações em Língua Portuguesa, Educação Matemática, Tecnologia Mineral e Metalurgia. Atualmente oferta às especializações em História da Amazônia, Engenharia e Segurança no trabalho e em Tecnologia, Linguagem e Educação Inclusiva.

6 São espaços estruturais que buscam aproximar os alunos da Universidade. Os núcleos estão localizados nos municípios de Parauapebas, oferecendo os cursos de Ciências Contábeis e Comunicação Social; Xinguara com Matemática e Sistemas de Informação; Rondon do Pará com licenciatura em Letras e Ciências Sociais; Jacundá com Letras e Pedagogia; Canaã dos Carajás com os cursos de Ciências Naturais e Matemática.

7 O Campus Marabá desenvolve convênios com os municípios de Ourilândia do Norte, São Geraldo do Araguaia e Itupiranga para realizar os cursos de Pedagogia, Matemática, Letras, Ciências Sociais e Ciências Naturais.

8 Os cursos conveniados com a CVRD são: Geologia, Engenharia de Materiais e Engenharia de Minas e Meio Ambiente.

XIX, em que os camponeses assentados se mobilizaram em prol de políticas públicas, entre as quais se destaca a educação e, de outro, pela “existência de áreas de riqueza mineral que favorecem a implantação de cursos de Geologia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente”(UFPA, 2006, p. 17).

No desenvolvimento de seus programas – o **PIBEX** (Programa Institucional de Bolsas de Extensão) com onze projetos em desenvolvimento; o **PROINT** (Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão) envolvendo seis projetos; o **PARD** (Programa de auxílio ao Recém Doutor) com cinco projetos sendo desenvolvidos; o **PIBIC/CNPQ** e o **PIBIC Interior** com quinze projetos aprovados; e o **PRONERA** (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) com atuação na educação básica e superior o Campus Marabá se destaca tanto no cenário paraense quanto entre as Universidades Federais e Estaduais dos Estados que compõem a região Amazônica. O diferencial encontra-se principalmente, na sua atuação nos cursos conveniados com o MDA/INCRA por meio do PROENRA nas seguintes questões: Pela construção coletiva dos projetos em todos os níveis de ensino; Pela coogestão no desenvolvimento dos projetos, incluindo planejamento, execução e avaliação; Pelo diálogo interno (entre os professores do campus) e externo (entre Universidade e movimentos sociais), como propiciador de aprendizagem para ambos e (re)construção do Ensino Superior, inclusive nos demais cursos desenvolvidos pelo Campus; pela formulação, experimentação e afirmação de uma concepção de educação e de pesquisa; Pela realização de eventos gerais que garantem a participação das entidades sindicais, movimentos sociais e entidades de assessoria em torno do debate sobre o projeto de desenvolvimento sustentável da mesorregião, na ótica destas entidades e na tomada das decisões (UFPA, 2003).

Espaços institucionais de relação da Universidade com os Movimentos Sociais foram como possibilitadores da permanência do diálogo

O Campus de Marabá que, em conjunto com os movimentos sociais do campo da mesorregião Sudeste do Pará, tomou a iniciativa de implementar uma metodologia de pesquisa em agricultura familiar ainda no início dos anos de 1990.

No estudo do Plano de Gestão observa-se que o Campus Universitário de Marabá redefiniu suas diretrizes a partir da materialização das experiências de Educação do e no Campo. Nesta perspectiva o plano busca,

Desenvolver a formação acadêmico-científica do quadro de profissionais, com base nos aspectos históricos, naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais da região, conhecidos a partir de uma produção científica que de conta desses aspectos da realidade regional, sem deixar de lado o caráter universal do conhecimento [...]. (UFPA, 2006, p. 14).

Percebe-se que este propósito político-educativo do Camus em desenvolver processo educativo que tivesse como marca a aproximação com o contexto mesorregional propiciou a constituição de um grupo de professores comprometidos com a educação geral e também a

Educação do Campo. De acordo com a coordenadora da Licenciatura em Letras, o Campus Universitário de Marabá desde sua implantação

Tem na sua origem esta preocupação com a formação docente, mas nela não estava explicitada esta vertente de preocupação específica com a vida e a dinâmica do campo, com um curso que tivesse voltado para vivência deste sujeito, considerando a mesorregião em que se encontra o Campus de Marabá. Inicialmente era formar professores, mas sem definir uma matriz que pensa a vida a história e a vivência dos sujeitos do campo (Entrevista realizada em fevereiro de 2009).

Este Campus Universitário foi se desenvolvendo na relação com as lutas sociais da região e com os movimentos sociais do campo, não só por conta da Educação do Campo. Grande parte dos estudantes e os professores tem relação orgânica com os movimentos sociais camponeses, militando, sendo simpatizantes e fazendo pesquisas sobre tais temáticas.

A relação entre Universidade Federal do Pará e o movimento sindical, de acordo com os documentos estudados⁹, se iniciou formalmente com o Programa de extensão rural criado pela UFPA/Campus Marabá, em 1988, “o qual tinha a pesquisa-desenvolvimento voltada à agricultura familiar como eixo principal de atuação” (SABLAYROLLES e ROCHA, 2003, P. 13).

Este Programa de extensão foi desenvolvido pela parceria entre as instituições internacionais francesas, principalmente o Grupo de Intercâmbio e Tecnologia (GRET/França) e a Université des Antilles ET de la Guyane (UAG), a UFPA e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais das mesorregiões Sudeste do Pará, tendo como base a Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola (PDSP).

Esta perspectiva da pesquisa se fortaleceu com a criação de dois Laboratórios em 1991 e 1993, respectivamente: o Laboratório Sócio-econômico do Tocantins (LASAT Marabá) e o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET Altamira), ampliando-se posteriormente com o desenvolvimento do Programa Agroambiental da Transamazônica (PAET), do Centro Agropecuário (CA-Belém), em 2004, e se consolidou com a atuação do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF).

Nesta perspectiva, a pesquisa-desenvolvimento no CAT visava articular a pesquisa sobre a produção familiar – o estudo de formas alternativas de produção e renda para a permanência do agricultor à terra – e o trabalho de assessoria ao desenvolvimento da mesma nas unidades de produção familiares (SIMÕES e OLIVERIRA, 2003).

Para isso, foi organizada uma equipe de pesquisadores multidisciplinar no LASAT, o qual teve como propósito “fazer a integração entre pesquisa-Desenvolvimento e a formação de profissionais de ciências agrárias”, (SIMÕES e OLIVERIRA, 2003, p. 13).

O debate sobre a necessidade de multiplicação da experiência, como a do Programa do CAT, levou a criação do LAET, desenvolvido em parceria com o Movimento pela Sobrevivên-

9 SIMÕES, Aquiles (org). Agricultura Familiar: métodos e experiências de Pesquisa-Desenvolvimento. NEAF, Centro Agropecuário, GRET. Belém/PA. 2001; SIMÕES, Aquiles; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. NEAF, Centro Agropecuário, GRET. Belém/PA, 2003 e SABLAYROLLES, Philippe e ROCRA, Costa (orgs). Desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar na Transamazônica. Belém: AFTRA, 2003.

cia na Transamazônica (MPST), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Embrapa Amazônia Oriental, para atuar no âmbito da pesquisa nesta região.

No período de 1990 a 1993, foram realizados eventos municipais, regionais, estaduais e internacionais para discutir “os rumos para o desenvolvimento da produção familiar [...] e a formulação de políticas públicas” (FVPP, 2006, p 34).

Esse processo de debate crítico resultou na elaboração de um programa específico para a região envolvendo instituições brasileiras e francesas, com o apoio da comunidade europeia e o governo francês, por meio do Ministère des Affaires Etrangères (MAE), denominado Programa Agro-Ambiental da Transamazônica (PAET).

Segundo Sablayrolles e Rocha (2003), havia interesses comuns e diferenciados entre os Movimentos Sociais e Universidade, embora não divergentes. Para o movimento sindical havia a necessidade de se trabalhar uma nova forma de estudos técnicos e científicos da realidade, em que o agricultor saísse de um papel meramente figurativo do modelo tradicional para se tornar um agente decisivo no conjunto de atividades e ações a serem desenvolvidas e para isso a educação exerceria um papel fundamental. Para a academia, o desafio era “introduzir na agricultura familiar a prática de estudos técnicos e científicos, como base para o planejamento e implementação de ações que visassem à consolidação da agricultura familiar no desenvolvimento regional”. (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 11).

Entretanto, a atuação do PAET, “ajudou a construir a interação dessas duas visões, por meio de relações mais duradouras e amplos objetivos, ampliando a articulação com outros processos, como a tradição americana e asiática de Pesquisa-ação Participativa (PAP)”, que tinham a perspectiva de “reforçar as dinâmicas democráticas e desenvolver a capacidade dos agricultores organizados a tomar em mãos o seu próprio desenvolvimento” (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 30).

Isso levou os professores da rede Marabá-Altamira-Belém a levantar a necessidade de complementar a formação dos profissionais vindos de outras instituições, com vistas a rever a formação centrada no modelo de transferência de tecnologia e/ou da revolução verde, motivo pelo qual criou-se, no ano de 2000, o Programa de Especialização em Agriculturas Familiar Amazônica e Desenvolvimento Agroambiental (PROGRAMA DAZ), sendo mais tarde ampliado para o Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), desenvolvido pelo Centro Agropecuário-Belém.

Em nossa visão, o desafio paira entre a gestão coletiva e a formação – diante da busca em superar a fragmentação entre ensino-pesquisa-extensão, teoria e prática – que exige mudança de postura dos gestores e professores, pelo fato de estar se contrapondo a formação pautada no currículo tradicional em ciências agrárias e incorporando elementos que propiciam a formação integral e a compreensão da unidade de produção em sua totalidade, que busca afirmar o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável em longo prazo e gestão racional dos recursos naturais.

Nesta perspectiva, o curso de Agronomia da UFPA assumiu uma nova estrutura curricular, tendo como princípio o uso da abordagem sistêmica, sem desconsiderar seus limites, com estreito diálogo com as ciências sociais e da educação (SIMÕES, 2001).

A Educação do Campo como força motriz da gestão participativa

Observa-se que embora a atuação articulada entre Marabá-Altamira-Belém, a partir dos anos de 1990 no âmbito das ciências agrônomicas, fez emergir o debate sobre o papel social da Universidade e impôs mudanças na formação profissional, foi os cursos de Educação do Campo que contribuíram para a consolidação da gestão participativa.

Considerando os objetivos e a missão do Campus Universitário de Marabá, desde sua criação, percebe-se que gestão participativa está proposta, bem como a clareza do quanto é desafiante implementá-la, conforme fragmento do Plano,

Agregando esforços nesse sentido, dispostos ao enfrentamento dos desafios que se impõem, **o Campus de Marabá corrobora seu comprometimento com a implementação de uma gestão participativa, norteada pelo princípio democrático.** Caminhando nesta direção, a organização de momentos e eventos em que **a consulta a comunidade interna e externa a instituição, esta sendo progressivamente efetivada, funcionando como testemunho da prática e exercício democráticos** (UFPA, 2006, p. 9, grifo nosso).

Embora o Plano de Gestão do Campus Universitário de Marabá 2007-2009 traz o compromisso com a gestão participativa foram os cursos do PRONERA que, de fato, ampliaram tal vivência, propiciada pelo diálogo com os movimentos sociais, por meio de suas proposições, ações, reivindicações, construção conjunta e vigilância constante (UFPA, 2006).

A dinâmica desenvolvida pelos cursos de Educação do Campo tem desafiado a academia, em seu conjunto, a materializar o papel social da Universidade junto à sociedade. O núcleo de Educação do Campo tem desenvolvido, nos últimos 12 anos, um diálogo que se efetiva na relação com os movimentos sociais do campo. Isso tem possibilitado a esse núcleo de professores, vivenciar a relação teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão de forma articulada e afirmar relações locais, estaduais e nacionais em torno da Educação do Campo envolvendo os diferentes cursos: Pedagogia da Terra, Letras, Agronomia e Educação do Campo.

Segundo o núcleo de professores do núcleo de Educação do Campo a Licenciatura em Ciências Agrárias inaugurou uma concepção nova no âmbito do ensino, da pesquisa em agricultura familiar, mas foi o curso de agronomia para turma específica com público composto de agricultores assentados dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins que provocou a revisão de postura e práticas dos profissionais da academia, implicando em uma atuação articulada entre teoria e prática, com também entre o ensino e a pesquisa com a extensão, concretizando-se por meio de uma metodologia de ensino-aprendizagem problematizadora e produtora de conhecimento, confrontada com a realidade brasileira, regional e mesorregional.

A Educação do Campo que emergiu em 1983 com a mobilização dos agricultores pelo direito a educação sem sair do campo, tomou corpo em 1998 com a implementação dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em nível de Alfabetização, ensino fundamental e médio, mas foi a partir de 2003 que os cursos de Ensino Superior passaram a ser demandados pelos movimentos sociais, até porque anterior a esse

processo formativo desenvolvido pelos movimentos sociais ou deles com as Universidades a população do campo não tinha acesso a educação nomeio rural e poucas pessoas possuíam escolarização.

Na UFPA Marabá foram implementados os cursos de Agronomia, em 2003, as Licenciaturas de Letras e Pedagogia, em 2006, e de Educação do Campo em 2010. Assim, a Universidade passou a vivenciar a pratica da pesquisa e da alternância pedagógica que viabilizaram a efetivação da relação teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão.

Algumas considerações

As experiências desenvolvidas no Sudeste do Pará, segundo as entidades pesquisadas, têm buscado cotidianamente integrar (crítico e criativamente) o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da vivência no trabalho do campo reconhecendo os saberes locais e propiciando o acesso aos conhecimentos sistematizados. Isso a o principio da gestão democrática da educação.

Esta forma está pautada no diálogo propiciador da participação ativa e da construção coletiva entre os pares: entidades sindicais, movimento sem terra e Universidade, de modo que nenhuma ação educativa é realizada se imposta por instituições governamentais de forma unilateral.

Os discursos dos professores do Núcleo de Educação do e no Campo no Campus Marabá, dão conta que o PRONERA vem proporcionando avanços na relação entre as diferentes áreas do conhecimento (agronomia, educação, letras, química, etc) materializado pelos momentos de reflexão, planejamento e avaliação entre as coordenações e as equipes (embora não haja uma estrutura oficial) e a atuação de professores nos diferentes cursos. Isso tem criado um clima de compromisso coletivo e de enfrentamento às dificuldades e desafios, estreitando a relação interdisciplinar propiciada pela mudança de postura por parte dos professores e das professoras da academia que se envolvem nesse processo. Mas isso tem se tornado possível pelo engajamento social, deste professores, que é anterior a ida para a Universidade, conforme destaca o coordenador do curso de agronomia: “Os professores que atuam na educação do campo tinham uma atuação nos movimentos sociais e uma certa experiência com a educação nas Casas Familiares Rurais e Escola Famílias Agrícolas, antes de virem pra universidade”.(Entrevista realizada em fevereiro de 2009).

A gestão da educação do campo segundo Michelotti (2007), perpassa por três questões, as quais tem se mostrado caminhos promissores na experiência acumulada pela Educação do Campo no Sudeste do Pará, como papel da Educação do e no Campo:

- 1) A educação profissional do campo: Na visão da Universidade a matriz-técnica de produção do campo desenvolvida pelas políticas públicas brasileira está assentada prioritariamente na matriz industrialista baseada na concepção de desenvolvimento econômico e na concepção de educação urbanocêntrica, as quais

tem levado a uma qualificação simbólica da população do campo, inculcando-lhes a visão de atraso por ter a existência fundada na terra. Contrapondo-se a esta visão a educação profissional do campo pautada nos princípios da Educação do e no Campo precisa revertê-la, por meio de uma educação capaz de redirecionar as pesquisas agropecuárias e reconhecer os conhecimentos acumulados pelos camponeses como base na matriz tecnológica para a agricultura familiar, em construção.

Por isso, “a criação de cursos de ciências agrárias para camponeses não deve vir na perspectiva de transferência de um conhecimento já consolidado”, mas “na construção compartilhada de um novo conhecimento científico-técnico” (MICHELOTTI, 2007, p. 02) e pautados na gestão democrática.

Os acúmulos já existentes nesta direção tem se dado pelos cursos de formação de cientistas agrários do campo no Pará (os quais segundo Micelotti (2007) têm aproximado os educadores-pesquisadores das Escolas Agrotécnicas e das Universidades de Ciências Agrárias dos camponeses), ampliando as possibilidades de gestão participativa, pelo diálogo e o redirecionamento das pesquisas com o protagonismo dos sujeitos do campo na definição das prioridades, na sua condução e na apropriação dos resultados.

- 2) Reconhecer a escola do campo como espaço de produção de uma matriz científico-técnica, a partir da formação e experimentação agrícola. A Educação do e no Campo não se restringe à educação formal e à escola, na medida em que ela possibilita a construção de um projeto educativo que dialogue com a realidade mais ampla onde ela está inserida (Caldart, 2002). Daí porque é fundamental que a escola do campo se engaje na construção de uma matriz tecnológica para a agricultura familiar. Isso, segundo professor do curso pode se dar sob dois aspectos:
 - a) Pela reafirmação da centralidade do espaço físico da escola enquanto lugar de convergência de informações, experimentações e de produção de novos conhecimentos ligados à matriz tecnológica para agricultura familiar;
 - b) Pela capacidade de extrapolar o espaço físico da escola, não se restringindo a sala de aula e a transmissão de conteúdos fragmentados, mas assumindo o movimento da alternância de tempos e espaços (base da educação do campo) permeados pelo permanente diálogo com outros espaços e tempos dos sujeitos do campo, como suas famílias, suas comunidades, suas cooperativas, suas lutas, etc, onde há produção de conhecimentos que podem fundamentar uma matriz tecnológica para agricultura familiar.
 - c) A escola do e no campo tem um papel estratégico na desconstrução da racionalidade ocidental sobre o modelo de desenvolvimento implementado no Brasil e na Amazônia, bem como, na construção de uma razão que vê como

fundamental a gestão democrática que perpassa pelo diálogo entre os diferentes saberes, pessoas e instituições para afirmação de uma matriz produtiva que compreenda os seres humanos e o ambiente como parte de um mesmo espaço/tempo. Essa dimensão da escola do campo exige uma maior sinergia entre os projetos de escolarização e de formação técnico-profissionalizante, sobretudo no campo das ciências agrárias, bem como na ação dos educadores da escola e dos extensionistas, entendidos pelas entidades parceiras, em que todos se vêem como educadores do campo.

- 3) A relação necessária entre Ciências Agrárias e Pedagogia na formação das educadoras e educadores do campo. A Educação do e no Campo reconhece como educador “aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja na escola, na família, na comunidade, no movimento social [...]” (Caldart, 2002, p. 36). Por isso, há uma centralidade na formação das educadoras e educadores do campo, reafirmando sua identidade em construção e as especificidades de suas tarefas. Neste sentido, tanto os cursos de formação de educadores (Magistério, Pedagogia e as demais Licenciaturas) voltados para a Educação do Campo quanto os de formação técnico-profissionalizante em Ciências Agrárias precisam reconhecer que há uma dimensão pedagógica no trabalho da pesquisa agropecuária e da extensão rural, assim como há uma dimensão produtiva presente na realidade da escola do campo. Aproximar inter e/ou transdisciplinarmente essas dimensões é um desafio permanente que está colocado para a Educação do e no Campo em todos os níveis e modalidades de ensino. Daí porque a tríade Campo – Educação do e no Campo – Políticas Públicas em sua relação intrínseca entre si e indissociada do conceito de pesquisa se fazem fundamentais na Educação do Campo.

A implementação de uma estratégia de Educação do e no Campo¹⁰ desenvolvida pelo Campus Universitário de Marabá, por meio do PRONERA, no decorrer dos últimos 10 anos na mesorregião, significa não só a continuidade de uma estratégia de acesso a educação à população do campo desenvolvida pelo movimento sindical, mas representa novos acúmulos que modificam as práticas dos professores que compõem o núcleo de Educação do Campo da UFPA/Campus Marabá, como também mudanças no interior da Universidade

BIBLIOGRAFIA

FVPP: **história do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/PDA/PPG7** – Brasília: MMA, (série sistematização, VII), 2006.

10 As expressões **do** e **no** são compreendidas como algo diferente, que precisa ser afirmado sempre. Dessa forma, **no campo**, significa que “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” e **do campo**, que “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

SABLAYROLLES, Felipe; ROCHA, Carlos (orgs). **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém, AFATRA, 2003.

Desenvolvimento: reflexões acerca do processo de construção da demanda social. In: Agricultura Familiar: métodos e experiências de Pesquisa-Desenvolvimento. NEAF, Centro Agropecuário, GRET. Belém/PA. 2001.

SIMÕES, Aquiles; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. **O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar**. In: SIMÕES, Aquiles. Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. NEAF, Centro Agropecuário, GRET. Belém/PA. 2003.

UFPA. Projeto **Político-Pedagógico do Curso de Agronomia**, 2003.

UFPA. **Plano de Gestão 2007-2009**, Campus de Marabá, 2006.